



O recuo da cerca é um prenúncio de que em breve o Baracat vai funcionar

# Cauma pode dar licença provisória ao Baracat

O Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente do DF (CAUMA) regularizará o Centro Comercial Baracat, desde que o proprietário do prédio atenda às exigências feitas pela Secretaria de Viação e Obras (SVO) para a liberação de um "habite-se" parcial. Reunidos, ontem, durante quase três horas, os conselheiros afastaram, definitivamente a possibilidade da demolição do "esqueleto" da obra iniciada em 1973. A continuidade depende ainda de assinatura de um documento, em que o proprietário do prédio se comprometa a indenizar o GDF pela invasão de oito mil metros quadrados de área pública.

O secretário de Viação e Obras, Vanderley Vallin, que presidiu a reunião, informou que compete ao SVO a fiscalização do reparo das falhas verificadas pela Ceb, Caesb, Corpo de Bombeiros e Telebrasília estrutura do Centro Comercial Baracat. A liberação do "habite-se" parcial está condicionada à adequação do edifício às normas de segurança vigentes.

Ele será concedido somente para a utilização do 5º ao 14º andar, que abrigam apenas salas para escritórios. Portanto a construção pode ser concluída em pouco tempo. Já nos cinco primeiros andares, que são destinados a lojas, a conclusão

das obras não tem previsão. Mas só depois disso será concedido o "habite-se" definitivo.

## INVASÃO

O secretário Vanderley Vallin disse ainda que será preparada uma mensagem para ser enviada à comissão do DF no Senado, solicitando a aprovação da desafetação da área pública invadida pela edificação, preservando o direito do Governo de ser resarcido pela utilização do terreno, em valores baseados nas taxas do mercado imobiliário.

A reunião do Cauma definiu também os destinos dos núcleos rurais de Monjolo e Rio Preto, indeferindo os processos que proponham a subdivisão dessas áreas em lotamentos. O voto atende à possibilidade de expansão urbana nas duas áreas.

Outros quatro processos foram transferidos para a reunião do próximo dia três de agosto. Um deles dispõe sobre a utilização das paradas de ônibus para a exposição de trabalhos artísticos por pintores de painéis, radicados em Brasília. A conselheira Maria Eliza Costa, filha do urbanista Lúcio Costa, solicitou um estudo mais aprofundado do processo, propondo, inclusive,

um remanejamento dos pontos de ônibus do Setor de Diversões Sul.

## PORTAS FECHADAS

Ao ser questionado sobre a razão da reunião ter sido realizada a portas fechadas, o secretário Vanderley Vallin argumentou que desde o início do Governo Roriz, em setembro do ano passado, os conselheiros do Cauma têm agido assim para evitar a interferência de pessoas envolvidas nos processos analisados. Vanderley Vallin admitiu que partiu dele a proposta de restringir o acesso às reuniões do Cauma apenas a seus conselheiros.

A medida, seguida rigorosamente na reunião de ontem, pegou de surpresa os jornalistas que habitualmente acompanham os encontros do Cauma. A imprensa tem como maior prova de sua não interferência nas discussões dos processos, a declaração do secretário Vanderley Vallin, que afirmou não saber que os repórteres estavam tendo acesso às reuniões.

Ontem, Vanderley Vallin assegurou que a imprensa não será mais impedida de participar das reuniões do Cauma, de interesse de toda a população do DF, já que decidem, praticamente, toda a ocupação da área urbana e rural. O cumprimento da promessa de Vallin vai ser conferido no dia três de agosto.